

À COMISSÃO DE LICITAÇÕES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE – HCPA

Nº 1345214/2024 - PROCESSO SEI-HCPA Nº 23092.002652/2021-35
Nº do Edital do Pregão Eletrônico: 0616.2023

MEDICOR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, empresa com sede em Porto Alegre/RS, na Av. Francisco Silveira Bitencourt, nº 1369, PV 20, Bairro Sarandi, CEP 91150-010, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 72.568.587/0001-40, neste ato representada por seu representante, vem, respeitosamente, à presença de Vv. Sas, apresentar **DEFESA**, na forma assegurada pelo art. 5º, Inc. LV, da CF/88, em razão da aplicação de Sanção Administrativa, o que faz conforme os seguintes termos:

I – DOS FATOS QUE ENSEJAM A POSSIBILIDADE DE SANCIONAMENTO. ELEMENTOS REFERENTES À ENTREGA DO PRODUTO

À peticionária foi oportunizada a apresentação de defesa diante do fato de lhe ter sido aplicada sanção pecuniária por não ter feito a entrega, no prazo adequado, de mercadorias que deveria fornecer ao HCPA, obrigação decorrente de ter sido declarada empresa vencedora do processo licitatório acima referido.

II – DOS ENTRAVES À ENTREGA DOS PRODUTOS. FORÇA MAIOR

Tendo participado do certame licitatório e dele saído vencedora, a peticionária, com a devida antecedência, buscou providenciar a composição de seus estoques, de forma a ser possível a realização da entrega dos produtos para esse Hospital.

Porém, por circunstâncias alheias à esfera de interferência da peticionária, acabou se dando a impossibilidade de aquisição dos produtos a serem fornecidos e, por decorrência, a entrega no prazo requerido.

Ocorre que, nos últimos meses, por fatores diversos, o comércio entre nosso país e China, produtora/exportadora dos produtos a serem fornecidos pela peticionária, tem enfrentado inúmeros desafios operacionais, resultando em:

- expressiva escassez de produtos;

- redução significativa da oferta de transporte marítimo internacional, com redução e dificuldades na liberação de novos *bookings* (reserva de espaço em navios).

São fatores que contribuíram para essa situação:

- interrupção de atuação, no terceiro trimestre de 2023, do Porto de Navegantes/SC, em função de eventos climáticos¹;

- situação política no Oriente Médio, desde outubro/23 (data da ação do Hamas em território de Israel), que gerou impacto e redução, em função dos riscos surgidos, na oferta do transporte marítimo que se dá através do Mar Vermelho, Canal de Suez e, por fim, pelo Mar Mediterrâneo;

- ataques a navios porta-contêineres, no estreito de Bab al-Mandeb, o que forçou a alteração de rotas marítimas, sendo abandonado o caminho através do Canal de Suez, passando-se a fazer a viagem pelo sul do continente africano, costeando-se o Cabo da Boa Esperança, fato que resultou em um aumento significativo no tempo de viagem;

- enchente havida nos meses de abril e maio em nosso estado, fato que afetou o recebimento e a estocagem de mercadorias pela peticionária.

Além disso, os eventos comemorativos de final do ano implicam em aumento de demanda de fretes marítimos para serem transportados itens específicos para as celebrações natalícias e de passagem de ano.

A combinação desses fatos implicou em:

- redução no número de navios para realizarem o transporte internacional e consequente aumento de demanda dos navios ainda disponíveis para transporte.

Para se ter ideia, durante o terceiro trimestre, os navios que atendem a rota China – Brasil estão operando com utilização acima dos 95%, com muitos armadores fazendo *bookings* (reservas de espaço) além de sua real capacidade de acomodação, gerando considerável *backlog* (atrasos/acúmulos) nos portos de origem.

¹ <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/enchente-em-sc-paralisa-portos-e-navios-fazem-fila-em-alto-mar>
<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/10/07/chuva-fecha-canal-de-acesso-aos-portos-de-sc-navios-fazem-fila-em-alto-mar.ghtml>
<https://globo.rural.globo.com/especiais/caminhos-da-safra/noticia/2023/10/chuva-em-sc-desvia-para-imbituba-navios-destinados-a-navegantes.ghtml>
<https://www.forvm.com.br/post/fortes-chuvas-no-vale-do-itaja%C3%AD-trazem-complica%C3%A7%C3%B5es-na-log%C3%ADstica-e-atividade-mar%C3%ADtima>

- aumento no custo de transporte/fretes, tendo em vista que os transportadores internacionais, em função das manobras e estratégias para sustentação de atividade, aumentarem o preço das tarifas, gerando o que, na nomenclatura internacional de comércio, se denomina *GRI* (*Great Rate Increase* – aumento geral de tarifas);

- acúmulo de cargas a serem transportadas;

- desequilíbrio na linha de oferta e demanda nas importações da China para o Brasil.

Da combinação desses fatores, alheios à interferência da peticionária, a entrega dos itens “tampas macho/fêmea”, feitos ao exportador em março de 2024, sofreu grande atraso, inviabilizando a entrega no prazo pretendido.

O pedido em questão tinha prontidão prevista para dia 20/05 e, conforme observado no *follow* em anexo, o frete foi fechado com empresa responsável em 11/06.

Entretanto, devido às circunstâncias citadas acima, a peticionária somente conseguiu *booking* (reserva de espaço em navio) apenas para o final do mês, fato que resultou em atraso na data estimada de chegada dos produtos em solo brasileiro.

Ora, tal combinação de situações pode ser, como é sabido, classificada como hipótese configuradora de força maior que, por sua imprevisibilidade ou inevitabilidade, tem a aptidão de romper o nexo causal que poderia ensejar a aplicação de sanção em função do atraso na entrega dos produtos.

Qual seja, o atraso na entrega não ocorreu por ação ou omissão da peticionária, mas sim por fatos alheios que tiveram reflexos na operação logística de compra/transporte/recebimento dos materiais.

Nos termos da Lei 14.133/21, artigos 124, II, “d”, e 133, I, a configuração de força maior permite a revisão da relação administrativa para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e, conforme art. 137, V, da mesma lei, autoriza até mesmo extinção do contrato.

Ora, se tal hipótese fática – força maior - permite a revisão de preço ou mesmo a extinção do contrato administrativo, também deve ser admitida, *concessa venia*, como elemento a autorizar a não aplicação de sanção em caso de descumprimento justificado de obrigação contratual.

Conforme doutrina, a força maior se verifica no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

Essa, pois, é a hipótese em debate, o que justifica o pedido de não aplicação de multa pecuniária à peticionária.

III - CONCLUSÃO E REQUERIMENTO

Por todo o exposto, requer o recebimento da presente defesa, rogando-se que seja concedido efeito suspensivo, e, ao final, sejam acolhidas as razões aqui apresentadas para ser declarado justificado o atraso imputável à peticionária e, por isso, seja revista a decisão de aplicação de pena de multa.

Nesses termos, pede deferimento.

Porto Alegre, 1º de novembro de 2024.

MEDICOR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
(Nome do representante)